



ENTIDADE DAS CONTAS E FINANCIAMENTOS POLÍTICOS

**Decisão da Entidade das Contas e
Financiamentos Políticos relativa
às Contas da Campanha Eleitoral
para a Eleição para Assembleia
da Região Autónoma dos Açores
2020, realizada em 25 de outubro
de 2020, apresentadas pelo
Partido LIVRE**

PA 14/ALRAA/20/2020

dezembro/2024



Índice

Índice	1
Lista de siglas e abreviaturas.....	2
1. Introdução, apresentação da informação financeira e âmbito do trabalho de auditoria	3
2. Limitações ao âmbito dos trabalhos de auditoria, situações de impossibilidade de extração de conclusões, erros ou incumprimentos verificados relativamente às Contas de Campanha, identificados no Relatório da ECFP e reanalisados, atentos os elementos constantes do processo.	3
2.1. Apresentação do orçamento de campanha após o prazo legal (Ponto 4.1. do Relatório da ECFP).....	3
2.2. Deficiências no processo de prestação de contas – demonstrações financeiras da campanha (Ponto 4.2. do Relatório da ECFP)	4
2.3. Incumprimento do regime legal relativo às receitas de campanha – contribuições de partido político ausência de documento certificativo emitido pelos órgãos competentes do partido e receita não refletida na conta bancária de campanha (Ponto 4.3. do Relatório da ECFP).....	5
2.4. Movimentos na conta bancária sem reflexo nas contas de campanha (Ponto 4.4. do Relatório da ECFP).....	8
2.5. Despesas cujos valores são divergentes dos valores de mercado (Ponto 4.5. do Relatório da ECFP).....	8
2.6. Ausência de entrega de suporte documental de algumas despesas (Ponto 4.6. do Relatório da ECFP).....	11
3. Decisão	13



Lista de siglas e abreviaturas

ALRAA 2020	Eleição dos deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, realizada em 25 de outubro de 2020
Candidatura	Partido Livre
ECFP	Entidade das Contas e Financiamentos Políticos
IAS	Indexante dos apoios sociais (artigo 2.º, da Portaria n.º 27/2020, de 31 de janeiro)
Lei n.º 19/2003	Lei n.º 19/2003, de 20 de junho
LIVRE	Partido LIVRE
LO n.º 2/2005	Lei Orgânica n.º 2/2005, de 10 de janeiro
Listagem n.º 2/2020	Listagem n.º 2/2020, de 20 de maio de 2020, publicada no Diário da República, 2.ª Série, n.º 117, de 18 de junho de 2020
PA	Procedimento de Apreciação de Contas de Campanha Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores em 25 de outubro de 2020 do Partido LIVRE



1. Introdução, apresentação da informação financeira e âmbito do trabalho de auditoria

A ECFP concluiu a elaboração do Relatório previsto no artigoº 41.º, n.º 1, da LO 2/2005 a 06/06/2024, relativo às contas da campanha da eleição para a Assembleia da Região Autónoma dos Açores, realizada em 25 de outubro de 2020, apresentadas pela **Partido LIVRE**, daqui em diante designada por **LIVRE**, ou apenas por **Candidatura**. Nesse seguimento, a Candidatura foi notificada nos termos e para os efeitos previstos no n.º 2 da mesma disposição legal, tendo exercido o seu direito de pronúncia.

Atento o procedimento previsto na LO 2/2005, cumpre proferir a decisão final no mesmo, nos termos do artigoº 43.º do citado diploma, na redação que lhe foi dada pela LO 1/2018.

Ao nível da informação financeira e do âmbito do trabalho de auditoria, objeto de relato no ponto 3. do Relatório da ECFP, remete-se para a mesma (art.º 153.º, n.º 1, 2.ª parte, do CPA), dado que as situações ali descritas ou não são controvertidas ou, sendo controvertidas, serão analisadas infra por referência ao ponto 4. do mesmo Relatório.

2. Limitações ao âmbito dos trabalhos de auditoria, situações de impossibilidade de extração de conclusões, erros ou incumprimentos verificados relativamente às Contas de Campanha, identificados no Relatório da ECFP e reanalisados, atentos os elementos constantes do processo.

2.1. Apresentação do orçamento de campanha após o prazo legal (Ponto 4.1. do Relatório da ECFP)

Nos termos do artigo 17.º, n.º 1, da LO n.º 2/2005, e em conjugação com o artigo 15.º, n.º 4 da Lei n.º 19/2003, as Candidaturas apresentam à Entidade das Contas e Financiamentos Políticos o seu orçamento de campanha até ao último dia do prazo para a entrega das candidaturas.

Como referido na LEALRAA, no n.º 2, do seu artigo 24.º, a candidatura deve ser apresentada até ao 41.º dia anterior à data prevista para as eleições.



Ora, tendo a data da presente Eleição sido marcada para dia 25 de outubro de 2020, através de decreto presidencial (cfr. fls. 2 do PA), resulta que o 41.º dia anterior à data da eleição teve lugar no dia 14 de setembro de 2020.

Como é possível verificar através do conteúdo das fls. 3 a 11 do PA, a Candidatura entregou à ECFP, no dia 18 de setembro de 2020, o orçamento de campanha em suporte informático e remeteu-o no dia 21 de setembro em suporte papel.

Atendendo a que a Candidatura entregou o orçamento de campanha no dia 18 de setembro de 2020, verifica-se estar perante o incumprimento do dever de entrega do orçamento de campanha no prazo previsto nos artigos 17.º, n.º 1, da LO n.º 2/2005, e 15.º, n.º 4, da Lei n.º 19/2003.

Face à inexistência de resposta por parte da Candidatura e sua mandatária financeira, não tendo sido exercido o direito ao contraditório, mantém-se a irregularidade apurada, por violação dos artigos 17.º, n.º 1, da LO n.º 2/2005, e 15.º, n.º 4, da Lei n.º 19/2003.

2.2. Deficiências no processo de prestação de contas – demonstrações financeiras da campanha (Ponto 4.2. do Relatório da ECFP)

Decorre do artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, da Lei n.º 19/2003, aplicável ex vi artigo 15.º, n.º 1, do mesmo diploma, que nas campanhas eleitorais existe um dever genérico de organização contabilística.

Assim, neste contexto, a análise dos documentos do processo de prestação de contas da campanha eleitoral apresentados pela Candidatura permitiu verificar que a Candidatura apresentou um “Anexo X – Anexo às contas de campanha” que não apresenta qualquer informação referente às contas da campanha ALRAA 2020 do partido LIVRE (cfr. fls. 54 do PA).

O Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados faz parte do conjunto de demonstrações financeiras a apresentar no processo de prestação de contas, conforme impõe o artigo 11.º, n.º 1, alínea e) do Sistema de Normalização Contabilística (DL n.º 158/2009, de 13 de julho). Este documento deve respeitar o detalhe previsto na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (publicada no Aviso 8259/2015 de 29/07),



nomeadamente nas alíneas b) e c) do parágrafo 4.18, designadamente apresentar informação acerca das bases de preparação das demonstrações financeiras, bem como proporcionar informação adicional relevante para uma melhor compreensão quer do Balanço quer da Demonstração dos Resultados, e que permita divulgar toda a informação que não seja apresentada no balanço e na demonstração dos resultados e informação adicional que não se encontre refletida nestas demonstrações financeiras, mas que seja relevante para uma melhor compreensão das mesmas.

A situação supra descrita configura o incumprimento do artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, aplicável ex vi artigo 15.º, n.º 1, da Lei n.º 19/2003.

Face à inexistência de resposta por parte da Candidatura e sua mandatária financeira, não tendo sido exercido o direito ao contraditório, mantém-se a irregularidade apurada, por violação do artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, aplicável ex vi artigo 15.º, n.º 1, da Lei n.º 19/2003.

2.3. Incumprimento do regime legal relativo às receitas de campanha – contribuições de partido político ausência de documento certificativo emitido pelos órgãos competentes do partido e receita não refletida na conta bancária de campanha (Ponto 4.3. do Relatório da ECFP)

Nos termos do artigo 16.º, n.º 1, alínea b), da Lei n.º 19/2003, as atividades da campanha eleitoral podem ser financiadas por contribuições de partidos políticos que apresentem ou apoiem candidaturas às eleições para as Assembleias Legislativas Regionais.

Do n.º 2 do citado artigo resulta ainda obrigatoriedade de que todas as contribuições dos partidos às campanhas, dotações provisórias e contribuições previstas na alínea b) do número anterior, sejam certificados por documentos emitidos pelos órgãos competentes do respetivo partido.

Por sua vez, atento o disposto no artigo 15.º, n.ºs 1 e 3, da Lei n.º 19/2003, as receitas de campanha eleitoral constam de contas próprias, a que correspondem a conta bancária especificamente constituída para o efeito, na qual são depositadas as respetivas receitas relativas à campanha.



Decorre do artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, da Lei n.º 19/2003, aplicável ex vi artigo 15.º, n.º 1, do mesmo diploma, que nas campanhas eleitorais existe um dever genérico de organização contabilística, por forma a que a contabilidade reflita, designadamente, as suas receitas e despesas.

No caso em análise, verificaram-se as seguintes situações:

- A.** A Candidatura registou no “ANEXO IX – Demonstração dos resultados de campanha à data do fecho de contas da campanha eleitoral” e no “ANEXO XI – Conta – Receitas de Campanha” receitas provenientes de contribuição de Partido(s) Político(s) no valor total de 5.201,61 EUR, sendo que no “Mapa M2 – Conta – Receitas de Campanha – Contribuição de Partido(s) Político(s) (inclui adiantamentos nos termos previstos no art. 16.º, n.º 3, da Lei n.º 19/2003)” encontram-se registadas receitas no valor total de 8.409,39 EUR (cfr. fls. 90 verso, 91 e 92 do PA), verificando-se uma divergência no valor de 3.207,78EUR entre o valor da receita proveniente de contribuições registadas na Demonstração de resultados e aquela que consta do mapa M2;
- B.** Registo de adiantamento no valor de 5.000,00 EUR, certificado por documento emitido pelos órgãos competentes do respetivo Partido e suportado pela transferência bancária, datada de 28/09/2020, com o descritivo “TRF. LIVRE PARTIDO POLÍTICO” (cfr. fls. 81 do PA e fls. 19 do Anexo I do PA);
- C.** A Candidatura registou no “Mapa M2 – Conta – Receitas de Campanha – Contribuição de Partido(s) Político(s)” uma contribuição do LIVRE no valor de 2.727,70 EUR, que se traduziu no pagamento de uma despesa ao fornecedor “CTT Contacto, S.A.”, suportada pela fatura “n.º 81100608/1”, no valor de 2.272,70 EUR (cfr. fls. 79, 79v, 80 a 82 e 92 do PA), verificando-se uma divergência no valor de 455,00 EUR, tendo sido liquidada pelo Partido Livre, através de transferência bancária n.º 742-008020953941 com o descritivo “TRF . P/ CTT” com data de 25/05/2020 (cfr. extrato bancário do Partido Livre de fls. 79/79v e comprovativo de transferência interbancária de fls. 82 do PA) e não através da conta bancária da campanha (cfr. extratos bancários da conta de depósitos à ordem com o IBAN _____, de fls. 17 e 19 do Anexo I, do PA);



D. Registo de contribuição do LIVRE no valor de 681,69 EUR, correspondente ao pagamento de uma despesa suportada pela fatura “14A/2020068” do fornecedor “COINGRA” (cfr. fls. 86 e 88 do PA), tendo sido liquidada pelo Partido Livre, através de transferência bancária n.º 742-008026879506 (cfr. extrato bancário do Partido Livre de fls. 79/79v e comprovativo de transferência interbancária de fls. 86 do PA) e não através da conta bancária da campanha (cfr. extratos bancários da conta de depósitos à ordem com o IBAN , de fls. 17 e 19 do Anexo I, do PA).

A situação *supra* descrita em **A.** representa uma inadequada organização contabilística configurando, por isso, a violação do artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, da Lei n.º 19/2003.

A situação *supra* descrita em **C.** representa uma inadequada organização contabilística, pela divergência entre o valor registado como receita e o valor da despesa paga a título de contribuição, a violação da obrigação de todas as receitas serem depositadas na conta bancária de campanha e a ausência de entrega de documento certificativo emitido pelos órgãos competentes do partido, configurando por esta via o incumprimento dos artigos 12.º, n.ºs 1 e 2, aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, artigo 15.º, n.ºs 1 e 3, e artigo 16.º, n.º 2, todos da Lei n.º 19/2003.

A situação *supra* descrita em **D.** representa a violação da obrigação de todas as receitas serem depositadas na conta bancária de campanha e a ausência de entrega de documento certificativo emitido pelos órgãos competentes do partido, configurando o incumprimento dos artigos 15.º, n.ºs 1 e 3, e artigo 16.º, n.º 2, ambos da Lei n.º 19/2003.

Face à inexistência de resposta por parte da Candidatura e sua mandatária financeira, não tendo sido exercido o direito ao contraditório, mantém-se as irregularidades apuradas, por violação dos artigos 12.ºs, n.ºs 1 e 2 , aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, artigo 15.º, n.ºs 1 e 3, e artigo 16.º, n.º 2, todos da Lei n.º 19/2003.



2.4. Movimentos na conta bancária sem reflexo nas contas de campanha (Ponto 4.4. do Relatório da ECFP)

Atento o disposto no art.º 12.º, n.ºs 1, 2 e 3 alínea c), da Lei n.º 19/2003, aplicável ex vi art.º 15.º, n.º 1, do mesmo diploma, nas campanhas eleitorais existe um dever genérico de organização contabilística, por forma a que a contabilidade reflita, designadamente, as suas despesas. Por seu turno, como já referido, o artigo 15.º do mesmo diploma, no seu n.º 3, obriga à existência de conta bancária específica, na qual sejam depositadas as receitas da campanha e movimentadas as respetivas despesas.

No caso em análise verifica-se a existência de uma saída de fundos da conta bancária da campanha com o IBAN (cfr fls. 10 do PA e fls. 17 do Anexo I do PA), através de uma transferência no valor de 2.752,78 EUR, datada de 19/05/2021, com o descritivo “TRF. LIVRE PARTIDO POLITICO”, que não se encontra refletida nas contas apresentadas (cfr. fls. 90 a fls. 111 do PA).

A situação descrita supra configura uma violação do artigo 12.º, n.ºs 1, 2 e 3, alínea c), aplicável ex vi artigo 15.º, n.º 1, da Lei n.º 19/2003.

Face à inexistência de resposta por parte da Candidatura e sua mandatária financeira, não tendo sido exercido o direito ao contraditório, mantém-se a irregularidade apurada, por violação do artigo 12.º, n.ºs 1, 2 e 3, alínea c), aplicável ex vi artigo 15.º, n.º 1, da Lei n.º 19/2003.

2.5. Despesas cujos valores são divergentes dos valores de mercado (Ponto 4.5. do Relatório da ECFP)

Atento o disposto no artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, da Lei n.º 19/2003, aplicável ex vi artigo 15.º, n.º 1, do mesmo diploma, nas campanhas eleitorais existe um dever genérico de organização contabilística, por forma a que a contabilidade reflita, designadamente, as suas receitas e despesas.

Do n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 19/2003 resulta que são despesas de campanha aquelas despesas efetuadas pelas candidaturas, com intuito ou benefício eleitoral, dentro dos seis meses imediatamente anteriores à data do ato eleitoral respetivo.



Tais despesas devem respeitar os valores de mercado, definidos nos termos do artigo 24.º, n.º 5, da Lei n.º 19/2003, através da publicação pela ECFP de uma lista indicativa do valor dos principais meios de campanha, sendo que a fiscalização a que se refere este artigo respeita quer às contas dos partidos políticos quer às contas das campanhas eleitorais (cfr. n.º 1, do artigo 24.º, da Lei n.º 19/2003).

Feito este enquadramento, para que se possa proceder ao cotejo entre as despesas efetuadas pelo Partido e os preços praticados no mercado é necessário que a estas subjaza documentação de suporte que detalhe os elementos indispensáveis à aferição da razoabilidade/justificação dos preços cobrados, permitindo, assim, a comparação com os valores contantes da Listagem n.º 2/2020, publicada em *Diário da República, II Série*, n.º 117, de 18 de junho.

In casu, verificou-se que a Candidatura registou nas contas apresentadas as seguintes despesas cujos valores se encontram abaixo dos montantes existentes nos intervalos de valores da Listagem n.º 2/2020:

- A.** Registo de despesa no “Mapa M6 – Conta – Despesas de Campanha – Conceção da campanha, agências de comunicação e estudos de mercado”, com a descrição “Design gráfico”, no valor unitário de 500,00 EUR, prestada por “ ” em 28 de setembro de 2020, à qual corresponde a “FATURA-RECIBO N.º 6”, com a descrição “Design gráfico para o Partido Livre, das eleições primárias, e da campanha para as Eleições Legislativas Regionais dos Açores 2020” (cfr. fls. 104/105 do PA e fls. 20 do Anexo I do PA),

Da comparação com a Listagem indicativa n.º 2/2020, do capítulo “I – Conceção da campanha, comunicação e estudos de mercado”, no ponto “1 – Assessoria e consultadoria: 1.2 – Eleições de âmbito regional ou local (preço por mês)”, com o intervalo entre “1.500,00 EUR e 10.000,00 EUR”, extrai-se que este valor se encontra 1.000,00 EUR abaixo do limite mínimo de referência de mercado, e;

- B.** Registo de despesa no “Mapa M7 – Conta – Despesas de Campanha - Propaganda, comunicação impressa e digital”, com a descrição “Legendagem de vídeo”, no valor unitário de 550,00 EUR, prestada por “ ” em 15 de outubro de



2020, à qual corresponde a “FATURA-RECIBO N.º 14”, com a descrição “Tempos de Antena e legendagem de vídeo: LIVRE Açores, regionais 2020” (cfr. fls. 104/106 do PA e fls. 33 e 34, do Anexo I do PA e ainda conjugado com fls. 77 do PA).

Da comparação com a Listagem indicativa n.º 2/2020, do capítulo “I – Concessão da campanha, comunicação e estudos de mercado”, no ponto “3.1 – Tempo de Antena TV até 5 minutos”, com o intervalo entre “1.450,00 EUR e 37.400,00 EUR” extrai-se que este valor se encontra 900,00 EUR abaixo do limite mínimo de referência de mercado.

- C. Registo de despesa no “Mapa M8 – Despesas de Campanha – Estruturas, cartazes e telas (via pública)” com a descrição “Cartazes”, no valor de 277,30 EUR, suportada pela “Fatura n.º 14 A/20201300”, emitida pelo fornecedor “Nova Gráfica” e com descritivo «Cartazes “LIVRE Açores”», quantidade 150 unidades, no valor global de 277,30 EUR e anexo o orçamento com a descrição «Cartazes “Livre Açores” com 1 rubrica no formato A2 impressão a 4/0 cores quadricromia em papel couché mate 115 grs», datada de 07/10/2020, no valor de 277,30 EUR, correspondente à aquisição de 150 unidades de cartazes, com medida “0,48x0,594”, no valor unitário de 1,56 EUR (cfr. fls. 90 verso, 107 e 128 do PA e fls. 22 do Anexo I do PA).

Da comparação com a Listagem indicativa n.º 2/2020, do capítulo III “Estruturas, cartazes e telas, no ponto “2 – Cartazes e telas (não inclui montagem/colagem): 2.1.6 Medida inferiores a 0,48 x 0,68”, com o intervalo entre “7,00 EUR e 4,00 EUR”, extrai-se que este valor se encontra 2,44 EUR abaixo do limite mínimo de referência de mercado.

A lista de valores de referência dos principais meios de campanha tem natureza “indicativa” (artigos 20.º, n.º 2, alínea a) e 21.º, n.º 1, alínea a), da Lei Orgânica n.º 2/2005), podendo qualquer desconformidade com a mesma ser afastada mediante a apresentação de elementos complementares idóneos a *comprovar* que aquela concreta despesa no seio do mercado em que se insere, ou pelas suas particulares especificidades, se afigura como razoável/justificada. Tal demonstração pode ser efetuada, designadamente através de solicitação de orçamentos ou recolha de informação junto de fornecedores diversos.



Pelo exposto, as situações identificadas em **A.**, **B.** e **C.** careciam de esclarecimento por parte da Candidatura por forma a que fosse possível aferir da razoabilidade/justificação das despesas. Não o fazendo, estas situações podiam consubstanciar a violação do disposto no artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, da Lei n.º 19/2003.

Note-se que, segundo a mais recente jurisprudência do Tribunal Constitucional nesta matéria (cfr por todos acórdão n.º 509/2023, de 13 de julho), os valores unitários que se encontrem abaixo do limite mínimo constante da Listagem n.º 2/2020, ou seja, a diferença entre o valor de aquisição e o valor de referência de mercado das situações identificadas em **A.**, **B.** e **C.** representa uma receita não prevista no artigo 16.º, n.º 1, do mesmo diploma.

Face à inexistência de resposta por parte da Candidatura e sua mandatária financeira, não tendo sido exercido o direito ao contraditório, mantém-se a irregularidade apurada, no sentido de que a diferença entre o valor de aquisição e o valor de referência de mercado das situações identificadas em **A.**, **B.** e **C.**, representa uma receita em violação do artigo 16.º, n.º 1, da Lei n.º 19/2003.

2.6. Ausência de entrega de suporte documental de algumas despesas (Ponto 4.6. do Relatório da ECFP)

Atento o disposto no artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, da Lei n.º 19/2003, aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, do mesmo diploma, nas campanhas eleitorais existe um dever genérico de organização contabilística por forma a que a contabilidade reflita, designadamente, as suas receitas e despesas, implicando tal dever que a documentação de suporte evidencie adequadamente a realidade que pretende ser retratada. Acresce que, de acordo com a alínea c) do n.º 3 do mencionado artigo, tais despesas devem encontrar-se devidamente discriminadas.

Do n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 19/2003 resulta que são despesas de campanha aquelas despesas efetuadas pelas candidaturas, com intuito ou benefício eleitoral, dentro dos seis meses imediatamente anteriores à data do ato eleitoral respetivo, as quais deverão ser suportadas por documento certificativo, nos termos do n.º 2 do mencionado preceito legal.



O princípio da representação fidedigna (cfr. parágrafo 33 da Estrutura Conceptual do SNC) estatui que toda a informação deve representar fidedignamente as transações e outros acontecimentos que ela ou pretende representar ou possa razoavelmente esperar-se que represente.

Em consonância com o exposto, extrai-se que somente com a entrega do suporte documental se podem ter como comprovadas e discriminadas as despesas efetivamente realizadas.

In casu, a Candidatura registou as seguintes despesas no “ANEXO IX – Demonstração dos resultados de campanha à data do fecho de contas da campanha eleitoral” e no “Mapa M7: Conta – Despesas de Campanha – Propaganda, comunicação impressa e digital”, no valor total de 600,00 EUR (cfr. fls. 90 verso e 106 do PA), cujo suporte documental não foi apresentado:

- A.** Registo de despesa alusiva a serviços da plataforma “Facebook Ireland Limited”, datada de 14/10/2020, no valor de 300,00 EUR, suportada pelo comprovativo de operação de fls. 31 do Anexo I do PA, e paga através da conta bancária de campanha com o IBAN _____, aberta junto do “Banco Montepio, S.A.” (cfr. fls. 94 do PA e fls. 19 do Anexo I do PA); e
- B.** Registo de despesa alusiva a serviços da plataforma “Facebook Ireland Limited”, datada de 14/10/2020, no valor de 300,00 EUR, suportada pelo comprovativo de operação de fls. 32 do Anexo I do PA e paga através da conta bancária de campanha com o IBAN _____, aberta junto do “Banco Montepio, S.A.” (cfr. fls. 94 do PA e fls. 19 do Anexo I do PA).

Pelo exposto, a ausência de apresentação da documentação de suporte das despesas identificadas em **A.** e **B.** representa uma inadequada organização contabilística, configurando, por isso, uma violação dos artigos 12.º, n.ºs 1 e 2, aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, e 19.º, n.º 2, da Lei n.º 19/2003.

Face à inexistência de resposta por parte da Candidatura e sua mandatária financeira, não tendo sido exercido o direito ao contraditório, mantém-se a irregularidade apurada, por violação dos artigos 12.º, n.ºs 1 e 2, aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, e 19.º, n.º 2, da Lei n.º 19/2003.



3. Decisão

Atentos os elementos recolhidos e analisados em sede de auditoria, a sua sistematização no âmbito do Relatório efetuado, os esclarecimentos ulteriores prestados pelo **LIVRE** e a sua análise supra, verifica-se que se está perante uma situação de contas prestadas com irregularidades (artigo 43.º, n.º 1, da Lei Orgânica 2/2005):

- a) Verifica-se incumprimento pela apresentação do orçamento de campanha após o prazo legal (ver ponto 2.1.);
- b) Verificam-se deficiências no processo de prestação de contas, designadamente nas demonstrações financeiras da campanha (ver ponto 2.2.);
- c) Verifica-se incumprimento do regime legal relativo às receitas de campanha, designadamente relativo a contribuições do partido político (ver ponto 2.3.);
- d) Verifica-se incumprimento pela existência de movimentos na conta bancária sem reflexo nas contas de campanha (ver ponto 2.4.);
- e) Verifica-se incumprimento pela existência de despesas cujos valores são divergentes dos valores de mercado (ver ponto 2.5.);
- f) Verifica-se incumprimento pela ausência de entrega de suporte documental de algumas despesas (ver ponto 2.6.).

Notifique-se, nos termos do n.º 3 do artigo 43.º da Lei Orgânica 2/2005.

Extraia-se certidão para os efeitos previstos no artigo 44.º da Lei Orgânica 2/2005.

Lisboa, 20 de dezembro de 2024

Entidade das Contas e Financiamentos Políticos

Carla Cardador
(Presidente)

João Pires
(Vogal, ROC)